

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

LUCAS SCHONS

**O GÊNERO NEUTRO: DO LATIM CLÁSSICO AO PORTUGUÊS ATUAL**

PORTO ALEGRE

2023

LUCAS SCHONS

**O GÊNERO NEUTRO: DO LATIM CLÁSSICO AO PORTUGUÊS ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras, Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, Língua Latina e Literatura de Língua Latina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Martins

Porto Alegre

2023

## AGRADECIMENTOS

Apesar do que o estereótipo pode indicar, não me considero muito bom com as palavras. Esta parte do Trabalho de Conclusão se mostrou um desafio tão grande quanto qualquer uma das outras e, por isso, como é meu costume, tentarei ser breve.

Gostaria de agradecer a todos, todas e todes que me acompanharam durante esse período na UFRGS. Obrigado, professora Cristina, pelas aulas de língua e literatura latinas, pela orientação neste trabalho e, especialmente, pela paciência e disposição de lecionar para uma turma de dois alunos. Falando em aulas de latim, agradeço grandemente à Michelle pelo companheirismo, tanto nas aulas quanto no nosso estágio.

Nas outras experiências no curso Letras, agradeço ao Rafael pela parceria no estágio de português, bem como nos inúmeros trabalhos em grupo ou dupla que fizemos. Pela ajuda no TCC e em tantos outros trabalhos, agradeço também à Melissa. E por fim, agradeço à Alora por um mix dos outros dois: fizemos trabalhos, um estágio e nos ajudamos em tantas tarefas que nem saberia listá-las aqui.

No âmbito pessoal, começo agradecendo aos meus amigos, que são muitos e não convém listar. Tanto nas chamadas de áudio durante a pandemia, fossem elas para jogar algum jogo ou apenas conversar, quanto nos encontros que temos frequentemente, vocês garantiram e continuam garantindo meu bem-estar mental. Obrigado pelas piadas, conversas e momentos compartilhados.

Agradeço às minhas irmãs, que continuam até hoje me imitando em tudo que faço, e que por isso decidiram me acompanhar na UFRGS (mesmo que a Aidana diga que eu a imitei por escolher Letras). Nossa união vai muito além da Tainá ter compartilhado o apartamento comigo, ou da Aidana ter me ajudado a formatar e revisar o TCC. Sei que posso contar plenamente com vocês da mesma forma que vocês sempre podem contar comigo. Obrigado por compartilharem meus sonhos e hobbies. Amo vocês, apesar de nem sempre parecer.

Aos meus dindos, que foram tão presentes no meu crescimento e ainda me acompanham até hoje, agradeço pelos ensinamentos sobre a vida, sobre o que é certo e o que é errado, além de tantas outras coisas que não eu saberia dizer. Ao Dindo, especificamente, agradeço por sempre cuidar de mim no Beira-Rio quando eu era pequeno, pelos apelidos carinhosos, e por sempre me incentivar a estudar. À Dinda, minha gratidão por estar sempre lá por mim, pelo carinho, pelo companheirismo, pelas comidinhas deliciosas, por tudo. Amo vocês.

Agradeço também aos meus pais. É difícil expressar o quão sortudo me sinto por ter vocês. O apoio incondicional, mesmo quando eu decidi trocar de curso no meio do caminho. O incentivo a dar sempre o meu melhor. O carinho e o amor que vocês sempre me deram. Me faltam palavras, como já adiantei no começo desses agradecimentos, para expressar o quão grato eu sou por tudo que vocês fizeram e até hoje fazem por mim. Obrigado, mãe, pelas séries e filmes que vimos juntos, por sempre cuidar tão bem de mim (em visitas e à distância também) e, especialmente, pelo carinho que me fez ser uma pessoa gentil e, eu acho, educada. Obrigado, pai, pelas tantas vezes que assistimos aos jogos do Inter, de casa ou do Beira-Rio, perdendo ou ganhando; pela preocupação com meu futuro e, especialmente, por me mostrar desde pequeno que um homem pode ser carinhoso e amoroso.

Por fim, agradeço à pessoa mais importante do mundo. Ester, obrigado por estar sempre ao meu lado, me incentivando e me acompanhando nessa jornada, além de me deixar participar da tua. Ao Appa, nosso cachorrinho, agradeço, acima de tudo, por te fazer tão feliz. Por mais que eu o ame de todo o coração, a maior alegria que ele pode me dar é ver o quão feliz tu ficas ao redor dele. Não culpo aqui minha falta de trato com as palavras por não conseguir expressar dignamente o quanto tu és importante e o quanto eu te amo. Falta à linguagem humana, eu acho, termos e expressões que consigam igualar meus sentimentos. Fica aqui minha vã tentativa. Obrigado.

*Aequam memento rebus*

*in*

*arduis seruare mentem.*

(Horácio, Carmina, 2, 3.)

## RESUMO

Este trabalho tem como finalidade estudar tanto o gênero neutro do latim clássico quanto o do português atual, contextualizando o apagamento do neutro latino e o comparando com o surgimento daquele que se vê hoje. O gênero gramatical é uma categoria que nasce da observação do gênero biológico-social. Seu estudo e nomenclatura chegaram ao latim e, conseqüentemente, às línguas românicas como o português, por meio da filosofia grega. O latim, assim como todas as línguas indo-europeias, tem sua noção de gênero advinda de uma noção animista, isto é, dividida entre animado (subdividido em masculino e feminino) e inanimado (neutro, em latim neuter: “nem um nem outro”). O neutro moderno, por outro lado, surge das novas necessidades dos falantes e tem dois objetivos: servir de gênero neutro para aqueles que não se sentem representados pela binariedade da divisão homem/mulher, para pessoas cujo gênero se desconhece e outros casos afins; além de substituir o masculino na função de plural genérico, isto é, quando há diversos gêneros em apenas um grupo de pessoas. Ao longo do trabalho, explicita-se a inerente proximidade entre o masculino e o neutro desde os tempos do latim arcaico, buscando demonstrar que a ligação entre a posição de sujeito e o traço da animação é o principal motivo para haver divisão entre os dois. Evidencia-se, também, o apagamento do neutro no latim vulgar através de, principalmente, sua confusão fonética com o masculino e a gradual perda de valor do traço animista que lhe conferia razão de existir. Por fim, analisa-se a neutralidade do masculino português e a validade de seu contínuo uso como plural genérico, ponderando sobre a dificuldade de sua substituição, uma vez que tentativas de neutralizar a língua sem o uso de um novo gênero já existiam antes da postulação de um gênero neutro na língua portuguesa.

Palavras-chave: Neutro; Gênero; Gramática; Latim Clássico; Latim Vulgar; Língua Portuguesa.

## ABSTRACT

This work aims to study both Classical Latin and modern Portuguese's neutral gender, contextualizing the erasure of the Latin neutral and comparing it with the emergence of the one we see today. Grammatical gender is a category that is born from the observation of biological-social gender. Its study and its nomenclature reached Latin and, consequently, Romance languages such as Portuguese, through Greek philosophy. Latin, like all Indo-European languages, has its perception of gender coming from an animist notion, that is, divided between animate (subdivided into masculine and feminine) and inanimate (neutral, in Latin neuter: "neither one nor the other"). The modern neutral, on the other hand, arises from the new needs of Portuguese speakers and has two objectives: to serve as a neutral gender for those who do not feel represented by the binary division man/woman, for people whose gender is unknown and other similar cases; in addition to replacing the masculine in the generic plural function, that is, when there are several genders in just one group of people. Throughout this work, the inherent proximity between the masculine and the neutral since the times of archaic Latin is made explicit, seeking to demonstrate that the connection between the subject position and the feature of the animation is the main reason for the division between the two. The erasure of the neuter in Vulgar Latin is also evident through, mainly, its phonetic confusion with the masculine and the gradual loss of value of the animist trait that gave it its reason for existing. Finally, the neutrality of the Portuguese masculine and the validity of its continuous use as a generic plural are analyzed, considering the difficulty of its replacement, since attempts to neutralize the language without the use of a new gender already existed before the postulation of a neutral gender in the Portuguese language.

Keywords: Neutral; Gender; Grammar; Classical Latin; Vulgar Latin; Portuguese language.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A QUESTÃO DO GÊNERO.....	10
2.1 Surgimento do gênero e a linguagem neutra.....	10
2.2 A tradição e a gramática normativa da língua portuguesa.....	12
3. A GRAMÁTICA DO LATIM – DO CLÁSSICO AO VULGAR – E SUAS RAMIFICAÇÕES NO PORTUGUÊS.....	15
3.1 As classes de palavras.....	16
3.2 O substantivo e o gênero.....	22
4. A QUESTÃO DO GÊNERO NO PORTUGUÊS ATUAL.....	27
4.1 A análise estrutural.....	27
4.2 O que demonstra o uso.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	36

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a minha formação em Letras na UFRGS, sempre tive preferência pelo latim e pela linguística. O estudo e tradução das estruturas morfossintáticas da língua latina exigiam mais tempo, porém me davam mais satisfação do que qualquer outra atividade na graduação. Portanto, não poderia ser de outra área o meu Trabalho de Conclusão. Ao trilhar o caminho da licenciatura, algumas questões sobre ensino de língua portuguesa e sobre como aplicar em sala de aula as teorias vistas na faculdade eram comuns. Uma questão em especial tem, repetidamente, se tornado assunto nas redes sociais e no círculo acadêmico no Instituto de Letras: a linguagem neutra e o gênero neutro. Enquanto os alunos do curso de Letras podem estar mais preocupados com qual das formas de neutralidade se fixará com o passar do tempo (*elu, ile* etc.), ou com como abordar esse assunto nas escolas, a população em geral ainda manifesta grande resistência quanto ao fenômeno.

Cabe, de antemão, diferenciar a linguagem neutra do gênero neutro, no português atual. A linguagem neutra, também chamada de linguagem inclusiva, tem como objetivo evitar o sexismo e gerar maior inclusão. Ela pode abarcar usos já bem estabelecidos de recursos linguísticos e semióticos tais como formas coordenadas – “*alunos e alunas*” –, hiperônimos como “*as pessoas*” ou “*os indivíduos*” e até mesmo a ruptura, ao utilizar o feminino plural como genérico, utilizando “*todas*” ao invés de “*todos*” em um ambiente em que há homens, por exemplo. O gênero neutro, por sua vez, faz parte do universo da linguagem inclusiva, mas é um fenômeno linguístico de criação de um novo gênero na língua, sendo postulado como um terceiro, ao lado dos tradicionais masculino e feminino. (Borba; Medeiros, 2021, apud Bentes; Cruz; Mendes, 2022, p. 102).

Vê-se diariamente acaloradas discussões sobre o assunto nos meios acadêmicos e, especialmente, nos virtuais. Na internet, é possível encontrar desde defesas ferrenhas à linguagem neutra (ou inclusiva), até ataques dissimulados e propositalmente ridicularizantes. Dentre os últimos, os que mais me incomodavam enquanto estudante de latim eram os feitos por professores de português ou outros internautas utilizando-se do latim e de uma análise estrutural pobre do português para justificar preconceitos e preconizar uma língua portuguesa pura e superior. Argumentos como *o masculino absorveu o neutro na evolução do latim ao*

*português e, portanto, já é o gênero neutro* ou simplesmente *a língua portuguesa possui apenas masculino não-marcado e feminino marcado por -a, portanto não existe a possibilidade de qualquer mudança já que o masculino é o nosso neutro* são comuns e ganham força entre aqueles que pretendem descartar a linguagem neutra sem nem ao menos tentar antes entendê-la. Não cabe aos linguistas, aos legisladores e nem mesmo aos professores decidir como a língua deve ser utilizada. Subscrevemo-nos, portanto, ao que diz Fiorin (2022, p. 2):

Aliás, deve-se deixar claro que um linguista analisa as formas existentes da língua e não cabe a ele prescrever comportamentos linguísticos, assim como não cabe a um botânico determinar quais exemplares da flora são ou não aceitáveis.

Este trabalho nasce como uma resposta aos que se utilizam do latim como arma para propagar seus preconceitos e, também, para demonstrar a incompatibilidade do neutro latino com a linguagem neutra moderna: o apagamento de um não interfere diretamente na existência ou não do outro. Assim, pretende-se analisar a evolução e o apagamento do gênero neutro do latim ao português atual, bem como o recente surgimento da linguagem neutra moderna. Partir-se-á do latim clássico, dando também especial atenção ao latim vulgar e suas contribuições para a formação da língua portuguesa. Buscar-se-á, ainda, demonstrar que o senso comum e os argumentos puristas como os supracitados são pouco ou nada adequados, além de em geral incorretos, para a discussão da linguagem inclusiva.

## 2. UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE A QUESTÃO DO GÊNERO

### 2.1 Surgimento do gênero e a linguagem neutra

O filósofo grego Protágoras denominou masculino, feminino e neutro para os gêneros gramaticais e, não por acaso, utilizou termos que já possuíam relação com o entendimento de gênero biológico-social, excetuando-se o neutro – *οὐδέτερον* (oudéteron) em grego, *neuter* em latim “nem um nem outro”. Para Mäder (2015), o filósofo já percebia uma motivação semântica nos gêneros gramaticais, aparente especialmente nos nomes que denotam seres humanos, quando disse que “o homem é a medida de todas as coisas”. Ademais, existem diversas classificações que podem ser expressas pelos gêneros gramaticais, tais como animado/inanimado, humano/não-humano, pessoal/não-pessoal, além de outras. Vê-se também que, em muitas dessas classificações, o ser humano do gênero masculino ocupa um lugar especial.

Apesar de muitas vezes a polissemia da palavra “gênero” ser considerada um acaso, especialmente ao se referir ao gênero gramatical e ao social ou biológico (também chamado de sexo), na verdade é um fenômeno bem comum. Para Buck (1949), nas línguas indo-europeias, bem como em outras famílias linguísticas, a motivação semântica para o gênero gramatical advém da percepção do gênero biológico-social em seres humanos e outros seres animados:

A fonte semântica [de *gênero*] é, na maioria das vezes, ‘espécie, tipo’ (este, frequentemente de ‘nascimento, parente, raça’), mas, em parte, ‘seção’, ‘lado’, ‘metade’, ou ‘carne, compleição’. ‘Sexo’ natural e ‘gênero’ gramatical são geralmente expressos pela mesma palavra, como no caso do grego *γένος*, inglês antigo *cynn*, gecynde, alto-alemão moderno *geschlecht*. (Buck, 1949, apud Mäder, 2015, p. 60)

Já Fiorin (2022) diz:

Gênero social refere-se a uma construção sociocultural que atribui certos papéis, comportamentos, formas de expressão, atividades e atributos considerados como adequados ao significado dado às características biológicas do sexo. Por essa acepção, gênero e sexo não se substituem. Cabe lembrar ainda que gênero e orientação sexual são coisas diversas. O primeiro diz respeito ao modo como cada indivíduo se entende e se expressa no mundo, o que é, como já se disse, uma construção cultural, que abarca comportamentos, maneiras de expressar-se, atividades, atributos. O segundo concerne às tendências afetivo-sexuais predominantes em cada pessoa. (Fiorin, 2022, p. 2)

Quando as mulheres começaram a ocupar espaços que antes lhes eram negados, o uso de um masculino plural genérico começou a ser questionado e recusado, enquanto expressões como “*bom dia a todas e a todos*” tornaram-se recorrentes em diversos círculos sociais. Hoje, por mais que a questão do masculino plural genérico não esteja totalmente resolvida, surgem questões envolvendo a criação de uma linguagem que, além de inclusiva, seja neutra (Fiorin, 2022). Busca-se a criação de um gênero neutro que considere pessoas em geral, sem referência a homens ou mulheres, e que abarque também pessoas não-binárias e agêneras.

Nas últimas décadas, houve tentativas de popularizar uma linguagem mais inclusiva no Brasil, inicialmente focando-se na diminuição do machismo e na visibilidade feminina, como é o caso do *Manual para o uso não sexista da linguagem* (Rio Grande do Sul, 2014), no qual Ariane Leitão diz em sua introdução:

Ao apresentarmos este manual para uso nos espaços de desenvolvimento cultural, social e educacional do nosso Estado, temos como objetivo proporcionar tratamento equitativo entre mulheres e homens no Rio Grande do Sul, a partir da utilização de um linguajar sem generalizações. A linguagem é o principal meio de reprodução dos nossos discursos, seja de forma oral, verbal, escrita ou gestual e, por isso, o que escrevemos ou reproduzimos, deve estar o mais próximo da neutralidade, evitando-se a aplicação sexista da linguagem (Rio Grande do Sul, 2014, p. 13).

Por outro lado, há maior resistência quando a linguagem neutra vai além da inclusão feminina – que ainda é contestada –, ou melhor, quando se propõe o uso de um gênero neutro em si. Num levantamento de 2021, foram encontradas 34 propostas diferentes para a proibição da linguagem neutra – que se entende aqui pelo uso do gênero neutro –, mas o Supremo Tribunal Federal vetou a única que de fato foi aprovada, em Rondônia, por considerar que tal lei seria de prerrogativa da União. Portanto, ainda é possível que outras proibições sejam votadas e aprovadas em nível nacional (Leão *et al*, 2022, p. 9).

É importante ressaltar que os exemplos acima demonstram também uma questão política envolvendo a linguagem neutra. Governos mais progressistas, como o governo do Rio Grande do Sul em 2014, são mais abertos a discutir e até apoiar mudanças linguísticas. Em contraste, governos conservadores como o de Rondônia tentam repudiar e proibir a evolução natural da língua. Portanto, pode-se entender que esse purismo linguístico está ligado a uma visão conservadora de política e de sociedade como um todo.

A questão do gênero neutro é, então, uma novidade na luta por uma linguagem mais inclusiva, que antes focava mais no apagamento do feminino e no combate ao machismo. E, uma vez que, como atestam vários linguistas como Bassetto (2010), Maurer Jr. (1959) e Mäder (2015), o gênero gramatical surge da observação dos gêneros biológicos-sociais, é natural que um novo gênero gramatical seja postulado quando novas expressões e identidades de gênero não-binárias tornam-se mais comuns.

## 2.2 A tradição e a gramática normativa da língua portuguesa

Ao estudar uma gramática tradicional, como é o caso da Gramática Normativa da Língua Portuguesa (Rocha Lima, 2006, p. 116), é possível encontrar uma definição que separa o gênero gramatical do natural, admitindo apenas a existência de masculino e feminino. Vemos, nesse tipo de material, uma definição de gênero que se apoia mais na sintaxe do que na morfologia propriamente dita. Nessa concepção, o que define o gênero de um substantivo é a forma do adjetivo com o qual ele se liga ou o artigo que o acompanha. Por exemplo, em “o carro” sabe-se que “carro” é masculino unicamente por conta do artigo *o*; em “a menina estudiosa” sabe-se que “menina” é feminino por conta do artigo *a* e por conta da concordância do adjetivo “estudiosa”, portanto a flexão de gênero é redundante. De acordo com Mattoso Camara Jr. (1976), esse fenômeno já existia no latim clássico, uma vez que existiam palavras que fugiam ao gênero mais comum de sua declinação, por exemplo, só se sabe que *quercus* é um substantivo feminino porque ele concorda com adjetivos femininos, como em *quercus abiecta*<sup>1</sup>.

O gênero aparece em cinco das dez classes de palavras consideradas pela gramática tradicional (as primeiras da lista a seguir): substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas - o artigo e o adjetivo - servem, em geral, para marcar o gênero dos substantivos a que se ligam. Em ambos os casos, observa-se a desinência *-a* marcando o feminino, em oposição ao masculino não-marcado. Rocha Lima (2006, p. 139) afirma que os artigos são utilizados como base para definir o gênero dos substantivos: *o, os, um e uns* para masculino e *a, as, uma e umas* para feminino. Os adjetivos, por outro lado, podem ter uma única forma para ambos os gêneros, tais

---

<sup>1</sup> *Quercus* (carvalho) é uma palavra de tema em *-o*, que é composto majoritariamente de palavras masculinas. *Quercus abiecta* pode ser traduzido como “carvalho abatido”.

como *feliz*, *regular* e *forte*, ou podem ser biformes, sempre recebendo um *-a* para o feminino – *belo* e *bela*, *cru* e *crua*, *português* e *portuguesa*, mesmo que seja parte de um sufixo maior como *européu* e *européia*. Sobre os adjetivos biformes, Camara Jr. (1976, p. 76-77) afirma que esse padrão morfológico advém do latim, em que apenas uma série de adjetivos continha uma diferença clara entre masculino e feminino<sup>2</sup>, com oposição entre *-o* e *-a* para marcar masculino e feminino. Percebe-se que há pouca ou nenhuma relação dessas classes de palavras com o conteúdo semântico da marcação de gênero; a marcação é puramente motivada pela concordância.

Nos pronomes pessoais de terceira pessoa, vemos um sistema semelhante ao dos substantivos: temos uma dicotomia entre *ele* e *ela* parecida com a de *mestre* e *mestra*, por exemplo. É possível inferir que os pronomes pessoais como um todo mantêm uma organização que se assemelha ao latim clássico no que diz respeito aos casos: nos de terceira pessoa, *ele* e *ela* equivalem ao caso reto nominativo, ao passo que *o* e *a* equivalem ao caso oblíquo acusativo, melhor dizendo, quando a ação do verbo recai sobre esse pronome. Por fim, temos a forma *lhe* para objetos indiretos, que seria o dativo, quando a ação do verbo é tal que, se recaísse sobre um substantivo, seria regida pela preposição *a*. (Camara Jr., 1970, p. 85). Resta-nos entender, por fim, o substantivo, classe que se modifica em gênero para expressar diferentes sentidos e não apenas concordância.

Os substantivos podem ser divididos, quanto ao gênero, em algumas categorias: os de gênero único, isto é, que não fazem distinção de gênero com seu referente – nas gramáticas tradicionais, são subdivididos em “epicenos”, quando se referem a animais, “sobrecomuns”, quando se referem a pessoas, e um terceiro tipo sem nome para “coisas” (Rocha Lima, 2006, p. 115-119): *tigre*, *cobra*, *tartaruga*; *cônjuge*, *algoz*, *criança*, *pessoa*; *diamante*, *alma*, *livro*, *faca* etc. Outra categoria são os substantivos de dois gêneros, mas que não fazem flexão. A diferença para o grupo anterior se dá na possibilidade de modificar o gênero do substantivo através da concordância, por exemplo: *o artista*, *a artista*; *o colega*, *a colega* etc. Uma terceira categoria são os substantivos que se opõem via flexão de gênero: *lobo* e *loba*, *menino* e *menina*, *mestre* e *mestra*, *professor* e *professora*. De acordo com Camara Jr. (1976, p. 76) o que ocorre nesse tipo de substantivo é uma repetição do

---

<sup>2</sup> Tratam-se dos adjetivos de 1ª classe, que serão melhor detalhados mais a frente.

mecanismo observado nos adjetivos. Vale ressaltar ainda a existência dos substantivos de gênero único que são semanticamente relacionados, mas que não possuem relação morfológica: *homem e mulher, macho e fêmea, cavalo e égua* etc. Essa última categoria por muito tempo foi confundida nas gramáticas normativas e unida aos substantivos que fazem oposição de gênero tanto semântica quanto morfológicamente. (Camara Jr., 1970, p. 88).

A oposição verificada na categoria dos nomes que se flexionam, ainda de acordo com Mattoso Camara Jr. (1970, p. 88), serve para distinguir certas qualidades semânticas – como em *barco e barca* – ou distinção de sexo – *menino e menina*. Pode-se aferir, então, que não há um fator lógico que determine o porquê de um substantivo pertencer a um determinado gênero. No entanto, quando há oposição entre masculino e feminino, esta pode estar fundamentada no que chamamos de gênero natural ou biológico.

Nota-se que apesar da distinção entre masculino e feminino surgir da observação do gênero biológico-social, o português já não se apoia exclusivamente nela para dividir seus vocábulos em gêneros. Então, busca-se no latim uma forma de explicar a origem desse fenômeno.

### 3. A GRAMÁTICA DO LATIM – DO CLÁSSICO AO VULGAR – E SUAS RAMIFICAÇÕES NO PORTUGUÊS

O latim pertence à família das línguas indo-europeias da qual fazem parte a maioria das línguas do oeste da Ásia (Irã, Paquistão, Índia e Ceilão) e da Europa (e nas Américas, depois das grandes navegações,) com exceção do basco, húngaro e finlandês. Supõe-se que o indo-europeu, língua que se conhece apenas de modo reconstituído, com base no método histórico-comparativo, teria sido falada entre 5000 e 2000 a.C. A língua latina é descendente do grupo itálico do indo-europeu, tendo convivido com o osco e o umbro – para citar as mais importantes –, porém se sobrepondo a essas porque era a língua do povo vencedor da dominação político-territorial. Sabe-se que o ramo itálico desmembrou-se do ítalo-céltico, porque há particularidades comuns às línguas itálicas e às línguas célticas (bretão, irlandês, galês, etc), em contraposição com as demais língua indo-europeias (Martins, 2006, p. 1).

Pode-se dizer que existem fases da língua latina, que vão desde as suas primeiras manifestações, ou seja, desde a fundação de Roma (753 a.C.), representada por algumas inscrições, até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) ou, mais ou menos, até a invasão dos longobardos na Itália (568 d.C.). Filologicamente, identificam-se as seguintes variedades da língua latina: latim arcaico, latim clássico ou literário, latim culto falado e latim vulgar.

A mais antiga inscrição latina está gravada numa fivela de ouro, datada de aproximadamente 600 a.C. Trata-se de um dialeto de latim, o prenestino: “Manios med fhefhaked Numasioi” = “*Manius me fecit Numerio*” “Manios me fez para Numério”. A fase do latim arcaico era composta por diferentes dialetos, sendo o de Roma apenas um deles. Além do prenestino já comentado, o falisco, falado em Falérios (*Falerii*), é bastante importante. (Martins, 2006, p 2-3). Por fim, o latim arcaico, de origem popular, assemelhava-se ao latim vulgar em muitos aspectos. Formas alternativas de palavras como, por exemplo, *tibe* ao invés de *tibi* e confusões de gênero e ou declinação como a palavra *usus*, *-us* que era comumente utilizada como *usus*, *-i*<sup>3</sup> demonstram como alguns arcaísmos se mantinham na língua popular falada (o latim vulgar) mesmo com sua modificação na língua culta.

<sup>3</sup> A confusão nesse caso é de declinação. A palavra *usus*, *-us* é de tema em *-u* e era comumente confundida e utilizada como uma palavra de tema em *-o*, modificando assim todo o paradigma de sua declinação.

Este tipo de sobrevivência demonstra o quão antigo é o latim vulgar, que, como se sabe, acompanhou todas as fases do latim. (Martins, 2023, p. 31 e 41).

O latim clássico (ou literário) e o latim culto falado são o produto de uma elaboração e um amadurecimento prolongado na sociedade romana. Com o surgimento da literatura latina, a partir do século III a. C, o latim escrito ganhou cada vez mais rigor formal até chegar em seu ápice no período entre 81 a. C. e 14 d.C. Esse intervalo de tempo corresponde ao chamado latim clássico, que é a norma literária e estilizada do *sermo urbanus* ou *usualis*, a língua coloquial das classes mais cultas. Os principais autores desse período são Cícero, César e Salústio na prosa e Virgílio, Horácio, Ovídio, Lucrécio e Catulo no verso. A língua literária sobreviveu e teve continuidade através do *sermo ecclesiasticus*, a partir do século 5 d.C. e no *sermo profanus*, com os tratados de medicina. (Martins, 2006, p. 3).

O latim vulgar (*sermo plebeius*) era a língua falada pela imensa massa populacional que constituía o Império Romano, composta em sua maioria por estrangeiros que não tinham o latim como língua materna e que não dominavam a variedade culta. Essa é a variedade de latim a partir da qual se originaram as diferentes línguas românicas a partir do século IX. Esse latim é, na verdade, uma língua popular que existiu em todas as épocas da língua latina e que, embora pudesse ser imitada por comediógrafos como Plauto e escritores como Petrônio, era uma variedade essencialmente falada, pois os vulgarismos levados à escrita, de uma forma ou de outra, adequavam-se a convenções literárias e ortográficas. (Martins, 2023, p.9).

Depois, no Renascimento, as línguas oriundas do latim tiveram o incremento da norma literária do latim, ou seja, do latim clássico (*sermo litterarius*) para o desenvolvimento da sua literatura. O latim urbano (*sermo urbanus*) era a língua culta, tida como gramaticalmente correta pela norma, e empregada nas conversas das pessoas que eram também as principais detentoras da norma literária, ou seja, do latim clássico (*sermo classicus* ou *sermo litterarius*). (Martins, 2023, p.9-10).

### **3.1 As classes de palavras**

Inicialmente, deve-se olhar para a estrutura do latim clássico para entender como ele modificou-se no chamado latim vulgar até chegar no período do romance

e nas línguas românicas, como o português. Albert Ernout define a declinação latina da seguinte maneira:

Em latim, uma mesma forma nominal indica simultaneamente o gênero, o número e o caso, sem que nenhuma dessas categorias seja marcada isoladamente: *bonum* é o nominativo neutro, mas *-um* indica o singular por oposição ao plural *-ã*, o nominativo por oposição ao gen. *-i*, ao dat. *-o* etc.; o neutro por oposição ao masculino *-us* e o feminino *-ã*. (ERNOUT, A., 1974, p.1, tradução nossa.)

Dividem-se os nomes latinos em três gêneros: masculino, feminino e neutro; e em cinco declinações; cada uma pode ser associada a um ou mais gêneros, conforme demonstrado na tabela a seguir. Vale observar que a terceira declinação, ou declinação de tema em consoante, não possui um padrão para o nominativo singular e por esse motivo os vocábulos não podem ser divididos em paradigmas para cada gênero<sup>4</sup>, como ocorre na segunda e na quarta.

Tabela 1 – As declinações latinas			
Declinação	Tema	Gênero geralmente associado	Exemplo e tradução
Primeira	A	Feminino	<i>Unda, -ae</i> (f.) (onda) <i>Serua, -ae</i> (f.) (serva)
Segunda	O	Masculino ( <i>-us, -er, -ir</i> ) Neutro ( <i>-um</i> )	<i>Seruus, -i</i> (m.) (servo) <i>Magister, -tri</i> (m.) (professor); <i>Vir, uiri</i> (m.) (homem, varão); <i>Templum, -i</i> (n.) (templo)
Terceira	Consoante	Masculino, feminino e neutro	<i>Homo, -is</i> (m.) (homem) <i>Pax, pacis</i> (f.) (paz) <i>Nomen, -is</i> (n.) (nome)

<sup>4</sup>Por outro lado, é possível identificar que um nome é neutro através dos plurais de nominativo, acusativo e vocativo que são sempre terminados em *-a*. Isso é válido para todas as declinações.

Quarta	U	Masculino e feminino (-us).  Neutro (-u)	<i>Fructus, -us</i> (m.) (fruto)  <i>Manus, -us</i> (f.) (mão)  <i>Cornu, -us</i> (n.) (chifre)
Quinta	E	Predominantemente feminino	<i>Res, -ei</i> (f.) (coisa)  <i>Dies, -ei</i> (m. e f.) (dia)

Apesar desse sistema, é difícil prever a qual gênero um substantivo pertence sem conhecê-lo previamente. Mesmo que as declinações tenham padrões, há sempre exceções, por exemplo: *nauta*, palavra de tema em *-a*, que é geralmente composto de palavras femininas, mas que é masculina (as profissões eram masculinas e de tema em *-a*); *fagus* é de tema em *-o*, mas é feminina (as árvores são femininas e de tema em *-o*.) (Ernout, A., 1974, p. 2-3)

Bassetto (2010, p. 214-215) indica que os adjetivos, por outro lado, são facilmente identificados por seguirem um padrão mais rigoroso e por, quase sempre, terem flexão de gênero. Eles podem ser de primeira ou segunda classe. Os de primeira são triformes e seguem o padrão das duas primeiras declinações, isto é, declinam-se como nomes de tema em *-a* para o feminino e como os de tema em *-o* para o masculino e o neutro (*impiger, impigra, impigrum; bonus, bona, bonum; malus, mala, malum*)<sup>5</sup>. Os de segunda seguem o padrão dos nomes de tema em consoante, mas se dividem quanto ao número de formas:

- Triformes, que existiam apenas treze: *acer, acris, acre; campester, campestris, campestre*;
- Biformes, que eram a maioria. A primeira forma representa tanto o nominativo masculino quanto o feminino, e a segunda o neutro: *viridis, viride; levis, leve*;
- Uniformes, quando terminados em consoante, e iguais para os três gêneros no nominativo singular: *audax; ferox; sapiens*.

<sup>5</sup> Os adjetivos triformes, independentemente da classe, são demonstrados sempre seguindo a ordem: “nominativo masculino, nominativo feminino, nominativo neutro” e aparecem no singular.

No latim vulgar, essa divisão se manteve em grande medida. Alguns adjetivos de segunda classe, como *imbecillis* e *proclivis*, passaram à primeira, tornando-se *imbecillus*, *imbecilla*, *imbecillum* e *proclivus*, *procliva*, *proclivum*. (Bassetto, 2010, p. 215). Mesmo nos adjetivos, a oposição mais marcada entre feminino e masculino já era privilegiada na época do latim vulgar – e por consequência o paradigma da primeira classe de adjetivos era o preferido –, o que ajudou a fixar o -a como marca de feminino e posteriormente a criar a oposição entre -o e -a no português atual, conforme já visto em Mattoso Camara Jr. (1976, p. 76).

Os artigos não existiam no latim clássico, assim como no indo-europeu. Um dos motivos que levaram ao seu surgimento foi a busca de concretude e precisão. *Ipse* e *ille* foram os precursores do artigo definido por conta da forma analítica, isto é, a forma mais fixa da ordem de palavras da língua vulgar, bem como sua simplificação. Isso se deu porque a língua culta mantinha um sistema de oposição entre os demonstrativos *is*, de um lado, e *hic*, *iste* e *ille* de outro e essas oposições eram muito tênues para se manter em todo o vasto território de Roma, ainda mais para os falantes não nativos. (Martins, 2023, p.62-63). Alguns filólogos e latinistas como Bassetto (2010, p. 223-224) atribuem o desenvolvimento do artigo definido no latim como derivado da necessidade de tradução do artigo definido do grego. De fato, na Vulgata, os pronomes demonstrativos *ille*, *illa*, *illud* e *ipse*<sup>6</sup>, *ipsa*, *ipsum* são empregados na tradução do artigo definido grego. Entretanto, o uso dos pronomes demonstrativos como artigo já era atestado na fase arcaica do latim e é encontrado nos textos essencialmente vulgares. Os artigos definidos do português surgem então pela seguinte evolução: *illum* > *illu* > *elo* > *lo* > *o*. No feminino, o processo é similar, culminando no -a.

Vale lembrar que as formas que deram origem às palavras portuguesas são as que provieram do caso acusativo, o que explica o -o final em *illu*- (o /u/ breve evoluiu para /o/), forma do acusativo singular de *ille*, com a apócope do -m final. Da mesma maneira, o s final do plural do acusativo originou o plural do português e, no que diz respeito aos artigos definidos, *o*, *os*, *a* e *as*. Por outro lado, os indefinidos originam-se do numeral *unus*, *una*, *unum* e surgem mais tardiamente. Provavelmente apareceram para suprir a já existente necessidade de expressar

---

<sup>6</sup> Também encontrado como *ipsus* em alguns textos.

indefinição, que podia ser encontrada em diversos textos de caráter mais popular, mesmo que através de outras palavras como *unicus* e *solus* em Propércio e Suetônio. Por conta de sua origem, o artigo indefinido românico nunca perdeu completamente seu valor semântico de numeral (Bassetto, 2010, p. 229-230) e, uma vez que *unus*, *una*, *unum* seguia o padrão dos adjetivos de primeira classe, isto é, tendo tema em *-o* para masculino e em *-a* para feminino, a fixação do *-a* como marca de feminino no latim vulgar e posteriormente no português ganha mais força.

A tradição gramatical latina nos ensina que em latim clássico não existem os pronomes pessoais de terceira pessoa. Segundo Bassetto (2010, p. 232) isso teria advindo de uma noção de discurso bipolar popularizada pelo grego Dionísio Trácio. O entendimento era de que apenas a primeira e a segunda pessoa participavam do processo de comunicação e por isso era preciso utilizar pronomes demonstrativos para se referir a alguém ou algo fora do diálogo. Em latim, utilizavam-se *is*, *hic*, *iste*, *ille*, *ipse* e *idem*. Como todas as formas nominais, os pronomes declinavam-se de acordo com os seis casos latinos, porém o português herdou apenas as formas do nominativo, acusativo e dativo, conforme as tabelas: (Bassetto, 2010, p. 233).

Tabela 2 - Pronomes Pessoais - Primeira e Segunda Pessoas do Singular

Caso	Primeira pessoa – Singular			Segunda pessoa - Singular		
	Nominativo	Acusativo	Dativo	Nominativo	Acusativo	Dativo
Latim Clássico	<i>Ego</i>	<i>Me</i>	<i>Mihi</i>	<i>Tu</i>	<i>Te</i>	<i>Tibi</i>
Latim Vulgar	<i>Eo</i>	<i>Me</i>	<i>Mi</i>	<i>Tu</i>	<i>Te</i>	<i>Tibi</i>
Português	Eu	Me	Mim	Tu	Te	Ti

Tabela 3 - Pronomes Pessoais - Primeira e Segunda Pessoas do Plural

	Primeira pessoa - Plural			Segunda pessoa - Plural		
Caso	Nominativo	Acusativo	Dativo	Nominativo	Acusativo	Dativo
<b>Latim Clássico</b>	<i>Nōs</i>	<i>Nos</i>	<i>Nōbīs</i>	<i>Vōs</i>	<i>Vos</i>	<i>Vobīs</i>
<b>Latim Vulgar</b>	<i>Nōs</i>	<i>Nos</i>	<i>Nobīs</i>	<i>Vōs</i>	<i>Vos</i>	<i>Vobīs</i>
<b>Português</b>	Nós	Nos	A nós	Vós	Vos	A vós

No latim vulgar, ocorre o surgimento dos pronomes pessoais de terceira pessoa e, de maneira similar ao artigo, esses pronomes são criados a partir dos demonstrativos *ille* e, em alguns casos *ipse*. (Maurer Jr., 1959, p. 105-106).

As formas dos pronomes pessoais de terceira pessoa são as seguintes<sup>7</sup>:

Tabela 4 - Pronomes Pessoais Masculinos<sup>8</sup> - Terceira Pessoa.

	Singular			Plural		
Caso	Nominativo	Acusativo	Dativo	Nominativo	Acusativo	Dativo
<b>Latim Clássico</b>	<i>Ille</i>	<i>Illum</i>	<i>Ille</i>	<i>Ille</i>	<i>Illos</i>	<i>Illis</i>
<b>Latim Vulgar</b>	<i>Ille</i>	<i>Illu</i>	<i>Ille</i>	<i>Ille</i>	<i>Illos</i>	<i>Illis</i>
<b>Português</b>	Ele	O	Lhe	Eles	Os	(lhes)

Fonte: Bassetto (2010, p. 237).

Além dos pessoais, os pronomes demonstrativos também revelam algumas informações sobre o apagamento do neutro. No período clássico, *hic*, *iste* e *ille* eram

<sup>7</sup> São verificadas formas derivadas de *ipse*, *ipsa*, *ipsum*, conforme indicado acima, mas apenas as de *ille*, *illa*, *illud* aparecem na tabela por originarem os pronomes portugueses.

<sup>8</sup> As formas do feminino derivam-se de *illa* e não possuem diferenças significativas em sua evolução quando comparadas com as do masculino.

demonstrativos, *is* era anafórico e *ipse* e *idem* eram intensivos. Enquanto no clássico o sistema demonstrativo de três pessoas era expresso por *hic*, *iste* e *ille*, o vulgar manteve apenas *iste*, *ipse* e *ille*. (Martins, 2023, p. 59).

*Iste* nos deu “este” e *ipse* tornou-se “esse”. O advérbio *ecce* era comumente utilizado junto a pronomes demonstrativos e tinha o sentido de “eis” ou “eis que”. Nas línguas românicas, foi comum sua assimilação junto a *atque*<sup>9</sup> resultando em *accu*. Foi o caso de *ille*, que já era utilizado também como pronome pessoal no latim vulgar, e acabou sendo unido a *accu* para nos dar “aquele” no português. (Maurer Jr., 1959, p. 110-112).

No século XV, ainda se utilizavam as formas do neutro para os pronomes demonstrativos e pessoais, tinha-se: *este*, *esta* e *isto*; *esse*, *essa* e *isso*; *ele*, *ela* e *elo*. Bem como suas versões reforçadas, adicionando *ecce* ou *accu* conforme já visto: *aqueste*, *aquesta* e *aquesto*; *aquesse*, *aquessa* e *aquesso*; *aquele*, *aquela* e *aquelo*. As formas reforçadas *aqueste* e *aquesse* não duraram até o século XVI, devido à sua proximidade com as formas simples. O neutro *elo* aos poucos evoluiu de maneira idêntica ao artigo definido – *elo* > *lo* > *o* – e por isso restaram apenas as formas *isto*, *isso* e *aquelo* (posteriormente tornou-se *aquilo*), um dos poucos vestígios do neutro no português atual (Bassetto, 2010, p. 253-254). Apesar disso, esses vestígios não são suficientes para que se possa considerar a existência de um neutro formal no português, pelo menos não aos moldes da língua latina. Os vestígios são raros e sua concordância é sempre com o masculino, conforme será demonstrado adiante.

### 3.2 O substantivo e o gênero

Assim como no português, no latim clássico são os substantivos que de fato possuem uma distinção semântica baseada no gênero. Porém, há uma diferença: entende-se que a origem da distinção entre os gêneros advém da dicotomia animado–inanimado, sendo o animado subdividido em masculino e feminino enquanto o neutro faz a função de inanimado. Todavia, mesmo no período clássico havia exceções: enquanto o neutro mantinha-se conforme dita a regra, palavras masculinas e femininas frequentemente não possuíam o traço da animação. Um exemplo são os substantivos que denominavam profissões, portanto inanimados,

<sup>9</sup> “*Atque*. Conjunção: e; por outro lado; e o que mais; e entretanto; contudo[...]” (Torrinha, 1945, p. 85).

que recebiam gênero masculino (*poeta; nauta; scriba*). Da mesma forma, palavras ligadas à mãe-terra, na visão dos romanos, encontravam-se em gênero feminino – nomes de cidades, ilhas, árvores etc. (*Delus; cerasus; Aegyptus*). (Bassetto, 2010, p. 195-196). Não por acaso, os exemplos dados fogem também ao padrão morfológico do latim – as palavras masculinas citadas declinam-se conforme o paradigma da declinação de tema em *-a*, normalmente reservada a palavras femininas. Enquanto isso, as palavras femininas são de tema em *-o*, cujos vocábulos geralmente são masculinos. Pode-se concluir, portanto, que, assim como no português, o gênero gramatical é independente logicamente de qualquer característica física dos objetos ou pessoas que representam (Lyons, 1979, p. 299). Há, então, uma base natural para os gêneros gramaticais, mas na prática eles raramente coincidem, pois as palavras são classificadas de acordo com visões subjetivas de mundo que envolvem também aspectos culturais e regionais. (Bassetto, 2010, 195).

De modo geral, as palavras que continham o traço animado podiam dividir-se em masculino e feminino como uma forma de oposição (*seruus, serua*), enquanto o neutro não. As neutras, com traço inanimado, tinham, portanto, formas iguais no singular do nominativo, do acusativo e do vocativo; seu plural era sempre formado por *-a*. Entende-se, por isso, que normalmente só poderia haver distinção semântica entre seres animados. Não obstante, existem casos raros de oposição entre masculino e neutro, mas nunca entre neutro e feminino. Um exemplo é *locus*, “lugar”, que no singular é sempre masculino, mas no plural pode ter forma masculina quando mantém seu sentido comum ou pode assumir uma forma neutra quando com sentido de região ou comarca. (Bassetto, 2010, p. 196). Junta-se a isso o fato de que desde o período do latim arcaico já havia flutuação entre neutro e masculino (*aeuus, aeuum; caelus, caelum; uinus, uinum; nasum, nasus; etc.*) e pode-se começar a entender a confusão que gerou o apagamento do neutro no latim vulgar e subsequentemente no português. (Maurer Jr., 1959, p. 78).

Os tradicionais seis casos latinos: nominativo, genitivo, acusativo, dativo, ablativo e vocativo – sete, se contarmos o raro locativo – foram aos poucos substituídos por um maior uso de preposições e por uma ordem mais fixa das palavras no latim vulgar. Inicialmente, o vocativo, quase idêntico ao nominativo, foi suprimido, sendo seguido pelo genitivo e pelo ablativo. O genitivo confundia-se com o dativo, e o uso da preposição *de* acabou apagando-o completamente. O ablativo,

por outro lado, confundia-se com o acusativo, que no latim vulgar já perdera seu *-m* no singular. Assim, ablativo e acusativo tornaram-se idênticos na maior parte das palavras – a exceção nas palavras de tema em *-o*, mas a diferença sonora entre *-u* e *-o* já na época era ínfima. Sobram então, inicialmente, nominativo, acusativo e dativo, sendo que este último desapareceu primeiro (Maurer Jr., 1959, p. 85-88). Os substantivos das línguas latinas em geral derivam quase inteiramente das formas do acusativo – muitas vezes chamado de caso lexicogênico. Cabe examinar mais atentamente, então, as semelhanças entre o nominativo e o acusativo.

Conforme já visto, no latim clássico, as palavras neutras tinham nominativo, acusativo e vocativo iguais no singular e no plural – este último, em especial, era sempre em *-a*. E, mesmo no latim arcaico, tanto em inscrições parietais quanto em textos literários como os de Plauto, há flutuações ou confusões entre masculino e neutro, uma vez que sua única diferença muitas vezes era exclusivamente no nominativo. (Maurer Jr., 1959, p. 78). Sabendo que nominativo e acusativo foram os últimos sobreviventes no latim vulgar e que o neutro se diferenciava do masculino apenas no nominativo, é compreensível que aos poucos essa diferença fosse sendo eliminada – o que se torna ainda mais claro quando se têm em mente que o acusativo, no qual o neutro e o masculino eram iguais no singular, foi o último sobrevivente.

De acordo com Bassetto (2010, p. 196), o latim vulgar transformou em masculinos os seguintes tipos de vocábulos que tradicionalmente eram neutros:

- os neutros terminados em *-um* dos nomes de tema em *-o* (*templum* > *templus*, *dorsum* > *dorsus*);
- os neutros de tema em consoante (*caput* > *capus*, *mare* > *maris/marem*, *papauer* > *papauerem*);
- os poucos neutros de tema em *-u* (*cornu* > *cornus*, *gelu* > *gelus*, *genu* > *genus*).

Outra forma de desaparecimento do neutro foi o desenvolvimento de plurais com sentido coletivo. Quando esse sentido era bastante utilizado, as palavras passavam ao feminino por meio do tema em *-a* e muitas chegaram por esse

caminho às línguas modernas<sup>10</sup>. Apesar disso, o português não foi uma das línguas românicas que manteve um plural com sentido de coletivo advindo do neutro; as palavras neutras que se tornaram femininas perderam essa característica.

No latim vulgar, ocorreu a fixação do *-a* como marcação única de feminino, o que veio a afetar diretamente as línguas românicas, incluindo o português. Eliminaram-se os nomes masculinos que representavam exceções dentre as palavras de tema em *-a*. Além disso, os termos neutros gregos terminados em *-ma* que entravam no vocabulário por via popular também se tornavam femininos (*καῦμα* > *cauma* > calma). Vale ressaltar, ainda, que alguns nomes masculinos terminados em *-a* são invenções já na fase do romance ou importações eruditas (papa, profeta etc.). (Maurer Jr., 1959, p. 82-84).

Essa tendência em utilizar o *-a* para marcar feminino fez com que fossem substituídas ou eliminadas palavras femininas com nominativo em *-us*. *Socrus* tornou-se *socra*, que gerou “sogra” no português e, da mesma forma, modificaram-se os seguintes vocábulos: *nurus* > *nura*; *neptis* > *neptial/nepta*; *strix* > *striga* – “nora”, “neta” e “estrixe”, respectivamente. (Bassetto, 2010, p. 202).

Conforme referido anteriormente, a fonética não pode ser ignorada quando se busca entender o desaparecimento do neutro, em especial no que diz respeito à confusão com o masculino:

De fato, a falta de nitidez fonética é mais importante. Uma língua pode conservar indefinidamente uma categoria inteiramente irracional e sem significação lógica, enquanto esta é amparada por uma expressão formal clara e inconfundível. Que encontraríamos de lógico em uma diferença genérica, como a que existe entre *muro* e *parede*, *banco* e *cadeira*? É a desinência e a diferenciação das palavras modificadoras que mantêm a distinção. (MAURER JR., 1959, p. 78).

Para Maurer Jr. (1959, p. 78), a categorização de animação é um traço primitivo e pré-histórico que o latim herdou do indo-europeu e que, por conta do avanço cultural em Roma, já não tinha sentido. Sendo assim, o neutro não possuía nitidez fonética, pois confundia-se quase sempre com o masculino e em alguns casos com o feminino. E, por outro lado, aos poucos tornava-se despropositado, conforme o traço animista perdia significação lógica na sociedade romana. Essa observação fonética pode ser feita também com os pronomes demonstrativos.

---

<sup>10</sup> Por exemplo: *folium*, cujo plural era *folia*, deu-nos “folha”. *Ferrementum*, cujo plural era *ferramenta*, nos deu “ferramenta”.

Conforme já examinado, o pronome neutro do latim vulgar, *e/o*, foi aos poucos sendo apagado por confundir-se com o artigo definido *o*.

É fato que o próprio sistema de gênero advém inicialmente dessa distinção animado-inanimado (Bassetto, 2010, p. 195), portanto não seria exagero dizer que a classificação de gênero é como um todo primitiva. Então, sua sobrevivência no português atual é garantida não só pela permanência da noção lógica de masculino e feminino na nossa sociedade, mas também por conta de sua nitidez fonética – uma vez que masculino e feminino se distinguem facilmente, conforme já visto na evolução do latim vulgar e na fixação do *-a* como marca de feminino. Além disso, o feminino da língua portuguesa pode trazer novos sentidos para objetos inanimados quando em oposição ao masculino, como visto em Mattoso Câmara Jr. (1970, p. 88) – por exemplo *barco, barca; jarro, jarra* –, função que o feminino não exercia no latim clássico.

## 4. A QUESTÃO DO GÊNERO NO PORTUGUÊS ATUAL

### 4.1 A análise estrutural

Costuma-se admitir no português atual apenas masculino e feminino como gêneros para os substantivos, adjetivos, artigos, numerais e pronomes demonstrativos e possessivos. A definição mais comumente aceita é a de Mattoso Câmara Jr (1970), na qual o gênero é dado pelo artigo que acompanha a palavra, enquanto a desinência *-a* para o feminino só existe em função da oposição com o masculino de desinência zero. São vitais para essa teoria dois pontos: primeiro, que o masculino é não-marcado e, segundo, que as regras que distribuem as palavras em gêneros são iguais para humanos, coisas e animais. Portanto, são regras internas da língua, conforme aponta Perine (2016):

A nomenclatura dos gêneros pode levar à confusão. Essencialmente, o gênero gramatical não tem nada a ver com sexo, e é perfeitamente possível fazer referência a um homem usando o feminino (a vítima, a pessoa, a criança) ou a uma mulher usando o masculino (o cônjuge, o participante, o personagem). E, naturalmente, para a maioria dos casos não há sexo envolvido: xícara, impressora e teoria são femininos, mas só gramaticalmente. Isso dito, é inegável que existe uma tendência a correlacionar gênero e sexo nos nominais que designam pessoas e certos animais: o homem/a mulher, o professor/a professora, o gato/a gata etc. Mas esse fato não tem relevância na gramática, porque um feminino como professora (que designa uma mulher), um como pessoa (que pode designar tanto um homem como uma mulher) e um como xícara (que não designa nem macho nem fêmea de espécie nenhuma) são gramaticalmente idênticos em seu comportamento. Em particular, funcionam da mesma maneira para efeitos de concordância. (Perine, 2016, apud Possenti, 2022, p.24).

Seguindo essa trilha teórica, há proposições como a de John Martin (1975), que argumenta que o português apenas marca gênero por conta da necessidade da concordância. Para ele, os predicativos concordam no feminino com os nomes femininos e concordam no que tradicionalmente entende-se por masculino em três casos: quando se ligam a nomes masculinos, quando não se ligam a nada, quando se ligam a orações plenas ou com elementos elípticos. (Possenti, 2022, p. 27). Esse pensamento complementa o entendimento de Lyons (1979, p. 309), que demonstra que, nas línguas indo-europeias, o masculino e o neutro têm formas idênticas em diversos casos, variando conforme o tema da palavra em questão, mas nunca no nominativo, o caso normalmente associado ao sujeito. Entende-se, portanto, que a diferenciação entre masculino e neutro no nominativo advém principalmente da importância de distinguir sujeito e objeto nos substantivos que se referem a algo

animado, uma vez que os neutros – geralmente inanimados – têm formas iguais no acusativo e no nominativo.

Fica claro, que conforme o traço da animação foi perdendo importância na sociedade romana e suas descendentes, a diferenciação entre animado e inanimado foi perdendo força e, por fim, a diferença entre o neutro e o masculino parou de ser necessária, ainda mais por conta da falta de diferenciação fonética, conforme visto em Maurer Jr. (1959, p. 78).

Conclui-se, então, que a tese de Martin (1975) para o português se encaixa também com o que já se observava no latim clássico: o masculino se distingue do neutro principalmente quando há necessidade de observar a propriedade da animação. Como o português já não distingue animado e inanimado, – assim como os próprios romanos já não o faziam frequentemente – um neutro nos moldes latinos faz pouco sentido. O feminino, por outro lado, distingue-se de ambos por marcar uma diferença semântica que pode, ou não, relacionar-se com sexo biológico.

#### **4.2 O que demonstra o uso**

Conforme exposto anteriormente, a propriedade da animação já era vista como primitiva e de pouco valor para os romanos no período clássico. (Maurer Jr., 1959, p.78). Por isso, pode-se entender que o fato de tanto o gênero masculino quanto o gênero feminino do português atual possuírem palavras com sentido inanimado é derivado da diminuição da importância desse traço ao longo do tempo. Todavia, é possível encontrar apenas o masculino sendo utilizado em construções em que o gênero é pouco ou nada relevante. Alguns exemplos dados por Martin (1975) e sua versão feminina adicionada para melhor demonstrar o caso:

1. Pedro é alto.”;  
a.1 \*”Pedro é alta”.
2. “Está cheio de laranja na geladeira”.  
a.2 \*”Está cheia de laranja na geladeira.”
3. “Faz frio.”  
a.3 \*”Faz fria”;
4. Hoje choveu feio.”

a.4 \*”Hoje choveu feia.”

5. “Uma cerveja seria ótimo”.

a.5 “Uma cerveja seria ótima”.

Conforme vê-se, o uso do português atesta e, de certa forma, confirma a hipótese de que o masculino é utilizado para: fazer concordância com masculino (1), uma vez que sem essa concordância a frase é agramatical conforme demonstrado em 1a; quando não há sujeito (2, 3 e 4), sendo os exemplos com asterisco agramaticais e, finalmente, quando há orações plenas ou com elementos elípticos (5). A oração (5) poderia ser interpretada como “*Tomar uma cerveja seria ótimo*”. (Possenti, 2022, p.26).

A maior diferença teórica aqui seria admitir que o masculino é, na verdade, não apenas não-marcado morfológicamente, mas também semanticamente. Uma palavra que se torna feminina com a adição de *-a* está fazendo oposição a uma palavra base que não possui gênero nem mesmo à luz dessa oposição.

Martin (1975) argumenta, então, que o português, na verdade, não faz oposição entre masculino e feminino, e sim entre gênero e ausência de gênero. Essa possibilidade assemelha-se ao que se vê em Lyons (1979, p. 309) que, ao falar sobre o latim, argumenta que mais importante que a dicotomia animado e inanimado é a dicotomia feminino e não-feminino. Orações subjetivas, tais como *está frio* ou *viver é perigoso* – e nunca *está fria* ou *viver é perigosa* – seriam, então, sem gênero ao invés de masculinas. Dessa forma a concordância se daria quando o elemento flexionado se liga a um elemento feminino e nos demais casos não há marcação alguma. Um experimento que corrobora essa hipótese é o de Corrêa (2006 apud Possenti 2022, p. 29):

Quando solicitadas a identificar uma figura masculina ou feminina a partir do gênero de um sintagma, em um conjunto de quatro figuras contendo um par (masculino/feminino) correspondente ao nome em questão (como macaco/macaca), crianças de dois anos de idade tendem a escolher, para um sintagma masculino, como o macaco, tanto figuras com o elemento masculino quanto com elemento feminino do par, enquanto, para o sintagma feminino, como a macaca, o número de acertos se aproxima a 100% (isto é, assinalam apenas as macacas).

Entende-se, portanto, que há fundamento no uso do masculino em uma função genérica, especialmente se tratando de palavras que fazem flexão de gênero. É difícil demonstrar, todavia, que esse fenômeno nasceu com o

apagamento do neutro – como muito se argumenta em espaços virtuais e até escolares por professores e ou formadores de opinião com pouco ou nenhum conhecimento de latim. Parece mais provável que essa tendência venha já do indo-europeu, conforme exposto anteriormente, uma vez que todas as línguas dessa família fazem confusão, em alguma medida, entre neutro e masculino.

Há registros abundantes do masculino genérico nos períodos arcaico e clássico do latim. Sabe-se, também, que o neutro latino nunca desempenhou essa função, uma vez que se destinava exclusivamente a elementos inanimados. Pode-se inferir, portanto, que o masculino como “gênero padrão”, ou com sentido genérico, é um fenómeno linguístico e social milenar e, apesar de possivelmente estar relacionado à proximidade entre masculino e neutro, não advém exclusivamente do apagamento deste último. Alguns exemplos de masculino genérico no latim são:

- “[...] *et perobscura quaestio est de natura **deorum***<sup>11</sup> [...]” ([...] e uma questão muito obscura é sobre a natureza dos deuses [...]). Cic., *De Natura Deorum*, 1, 1.
- “[...] *iungit autem et diversos sexus, ut cum marem feminamque **filios***<sup>12</sup> *dicimus.*” ([...] une diversos sexos, como quando dizemos **filhos** para macho (menino) e fêmea (menina).” Quint. Inst. Or. 9, 3, 63

Nos exemplos, as palavras em negrito representam o uso do masculino para se referir a um grupo de pessoas – ou entidades – de ambos os gêneros. Na primeira frase, *deorum* se refere aos deuses de forma geral, incluindo deusas como *Minerva* e *Juno*, por exemplo. A segunda, talvez mais interessante, foi extraída de um trecho da *Institutio Oratoria*, de Quintiliano, em que ele usa o plural *filios* para se referir aos dois sexos (em latim clássico, *liberi* “crianças” ou “filhos” também serviria de exemplo).

Essa utilização genérica do masculino no português passou a ser questionada com o avanço do movimento feminista, que busca igualdade na

---

<sup>11</sup> “*Deus, -i*. Deus; um deus; o que é venerado.” (Torrinha, 1945, p.250). Palavra masculina de tema em -o. Para o feminino, usava-se *dea, -ae* (deusa).

<sup>12</sup> *Filius, -i*. Masculina: 1. Filho. 2. (no plural) Filhos (do sexo masculino); filhos (de ambos os sexos). (Torrinha, 1945, p. 336). Para o feminino, usava-se *filia, -ae*.

representação de gênero também na língua. É fato que a perpetuação da utilização do masculino genérico apoia-se não apenas nas análises estruturais da língua, mas também no alinhamento à dominação masculina nas esferas sociais. Um exemplo disso é que apenas no governo Dilma, em 2012, foi sancionada a lei que obriga a flexão de gênero no grau de diplomas – até então, os diplomas eram sempre emitidos no masculino. E o projeto de lei que obrigaria o governo federal a utilizar, por exemplo, “homens e mulheres” ao invés de apenas “homens” ao se referir à população em geral nunca foi sequer votado (Freitag, 2022, p. 62-63). Pode-se notar, então, que, na sociedade brasileira hodierna, o masculino possui, em grande medida, um valor semântico de fato de masculino e que não é apenas um valor vazio ou genérico como uma análise estrutural poderia indicar:

Portanto, no que se refere às pessoas, a natureza não marcada do masculino não elimina a forte correlação observada entre gênero gramatical e gênero biológico. É difícil não fazer a associação do gênero masculino com traços da masculinidade, mesmo quando se usa o masculino genérico. (McConnell-Ginet, 1979, apud Moura; Mäder, 2022, p. 41).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da língua portuguesa, o gênero neutro sempre esteve intimamente ligado ao masculino. Isso acontecia também em latim e até mesmo antes dele, no indo-europeu. Por um lado, verifica-se uma continuidade histórica de um uso gramatical. Por outro lado, pode-se pensar que houve uma motivação histórico-social para a fixação e difusão dessa característica, uma vez que a dominação masculina acompanhou as sociedades europeias e, mais tardiamente, suas ex-colônias. Conforme aponta Mäder (2015, p. 99-100), a maior parte das línguas do mundo faz uso do masculino ao falar de seres humanos de uma forma geral. Esse fenômeno sugere que a predominância do masculino na gramática relaciona-se diretamente com a predominância masculina nas relações humanas.

Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar as funções e usos do neutro latino em comparação com suas contrapartes – masculino e feminino – bem como seu apagamento e aproximação com o masculino no latim vulgar e a mais rara aproximação com o feminino. Também se discutiu o gênero masculino no português e sua neutralidade – diferente daquela vista no latim, mas ainda presente nos dias de hoje. Por fim, analisou-se o novo gênero neutro no português.

Sobre o neutro no latim clássico, mostrou-se que se originou da dicotomia entre os traços animado e inanimado, comum às línguas indo-europeias. Porém, o traço inanimado não pertencia apenas ao neutro, uma vez que poderia estar presente igualmente em palavras masculinas e femininas já no período clássico (Bassetto, 2010). O neutro se diferenciou principalmente do masculino pela falta do traço de animação, ainda que haja algumas palavras neutras em que o traço “animado” parece ser possível de ser considerado, como em *monstrum* “monstro”. Mas, de um modo geral, o gênero neutro estava fortemente ligado a essa característica semântica, porque, pela falta de nitidez morfofonética, em todas as línguas indo-europeias, era extremamente parecido com o masculino. De fato, morfológicamente, o masculino e o neutro só não eram iguais na expressão de sujeito.

Já o masculino no português atual é, em linhas gerais, uma espécie de herdeiro desse neutro latino, pois assume ideias de neutralidade em diversos

momentos. Estruturalmente, o masculino é por vezes entendido como vazio, isto é, apenas se opõe ao feminino, mas não possui um valor semântico próprio. Apesar disso aparentemente se confirmar em substantivos que fazem flexão de gênero – conforme visto no exemplo de *macaco* e *macaca* de Corrêa (2006) –, o masculino possui um sentido inegável de masculino quando se refere aos seres animados, conforme afirma McConnell-Ginet (1979).

Conforme comentado anteriormente, um exemplo do masculino entendido como gênero, e, portanto, não neutro, se vê na tentativa de abandono do uso do masculino genérico. Desse modo, o emprego de expressões como “alunos e alunas” ou de “todos e todas”, substituindo o uso genérico de “alunos” e “todos”, em que o masculino plural englobaria o feminino, demonstra a dificuldade de separar o gênero masculino gramatical dos traços de masculinidade, sejam eles biológicos ou sociais. Por isso, a neutralidade que dá razão ao uso do masculino plural genérico é cada vez mais questionada e evitada em alguns círculos sociais. Chega-se, então, à discussão mais pertinente no momento: a utilização de uma linguagem neutra e inclusiva, e a subsequente criação de um gênero neutro no português atual.

No *Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa* (Almeida, 2020, p. 7), encontra-se o seguinte:

A linguagem neutra visa a se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos. Aplica-se a pessoas não-binárias, bebês intersexo, ao nos referirmos a um grupo de pessoas com mais de um gênero ou quando não sabemos quais pronomes usar com determinada(s) pessoa(s).

Parece coerente o uso para pessoas não-binárias, bebês intersexo e pessoas cuja identidade de gênero se desconhece. Nesse aspecto, não há nenhuma relação direta do uso do neutro com o neutro latino e tampouco com o masculino do português. Por outro lado, parece mais difícil que o novo neutro tome o papel do masculino plural como o termo genérico que se usa para grupos de pessoas de gêneros variados. Pode ser esse o maior desafio para a linguagem neutra, uma vez que há muitos anos tenta-se retirar o masculino dessa posição, conforme visto em Freitag (2022).

Pode-se pensar que se o masculino moderno fosse de fato neutro, pessoas não-binárias estariam incluídas na flexão masculina de pares como “menino e menina” ou “adulto e adulta”. O que se observa, na realidade, é que mesmo o

masculino plural genérico já é contestado, portanto, um masculino singular genérico parece completamente impossível de ser aceito. Por outro lado, admitir o neutro como novo genérico não agrada a todos. Há um entendimento, exposto por Freitag (2022, p. 70-71) de que, por exemplo, utilizar “todes” ao invés de “todos” continua apagando a presença do feminino e que a forma mais inclusiva seria utilizar os três gêneros em sequência: “todos, todas e todes” em qualquer ordem.

Pode-se concluir a respeito do masculino plural genérico que, antes mesmo do fenômeno da linguagem neutra ganhar força, já havia movimentos buscando abandonar seu uso em prol de formas mais inclusivas. Nessa perspectiva, torna-se clara a falta de coerência de argumentos que tomam a gramática como sagrada e imutável, postulando que a língua portuguesa não evolui e não se adequa às novas necessidades dos falantes. Isso se dá porque tais argumentos assumem que há valor apenas em uma análise estrutural, ignorando o uso cotidiano da língua. Nessa visão enviesada, o masculino sempre foi amplamente aceito como neutro até o surgimento das recentes novas formas de flexão de gênero. A exemplo do que foi demonstrado nas modificações ao longo da história do latim, não se pode assumir que uma análise estrutural será válida eternamente, uma vez que a constante evolução é natural para as línguas. Vale ressaltar, ainda, que a resistência é muito maior quando há modificações morfológicas. Esse aspecto se percebe no maior repúdio ao gênero neutro do que à linguagem inclusiva que se utiliza apenas de hiperônimos e formas coordenadas, como se as palavras e a ortografia fossem mais importantes até mesmo que a mensagem que se deseja veicular.

Espera-se que tenha sido possível demonstrar que a neutralização buscando uma maior inclusão na língua portuguesa moderna pouco se relaciona com o neutro latino. O masculino, por outro lado, detém uma das funções propostas ao neutro desde, pelo menos, os tempos do latim clássico. A troca do masculino plural genérico pelo novo neutro parece ainda engatinhar, uma vez que nem mesmo o uso de masculino e feminino em conjunto é universal, embora já tenha sido proposto há décadas. Também, porque não há consenso do quão inclusivo seria trocar o masculino pelo neutro. Por outro lado, o neutro em suas novas funções parece suprir novas necessidades dos falantes e, portanto, não há, no português atual, qualquer motivo para repudiá-lo.

Não é possível esgotar o assunto do gênero, seja ele gramatical ou biológico-social, em apenas um trabalho de conclusão. Buscou-se, portanto, trazer

novos elementos para a discussão. Conforme proposto, foi possível demonstrar que o gênero neutro latino possui pouca semelhança semântica com o gênero neutro do português: apesar de ambos expressarem uma ideia que se poderia resumir a “nem um nem outro”, a versão moderna do neutro almeja ser um gênero para além do masculino e feminino e tomar para si a função de genérico; o neutro latino, por outro lado, reservava-se para ideias não-animadas e impessoais.

Está, possivelmente, na propriedade da animação a maior inovação do novo neutro. Se essa propriedade perdeu sentido e se aos poucos se espalhou entre masculino e feminino, conforme visto em Maurer Jr. (1959) e Bassetto (2010), apagando assim o neutro do latim clássico, seu funcionamento é quase completamente oposto ao seu homônimo moderno. A linguagem neutra se propõe como genérica para seres animados, como um novo gênero para pessoas que não se encaixam nas identidades binárias de gênero e para situações em que é impossível saber o gênero de outrem. Percebe-se, então, que os dois gêneros são considerados completamente opostos quanto ao traço da animação, o que garante ao neutro português um sentido seguramente diferente do existente para o masculino e feminino. Como ele ainda está em formação, fica faltando para cumprir os requisitos vistos em Maurer Jr. (1959) apenas uma expressão fonética clara, garantindo que ele siga um caminho diferente do neutro latino.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. C. **Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**: vol ii. história interna das línguas românicas. São Paulo: Edusp, 2010.
- BENTES, Anna Christina; CRUZ, Rafaely Carolina da; MENDES, Carolina Jansen Gandara. Feminismo, Mídias Digitais e Linguagem Inclusiva. In: OTHERO, G. A.; BARBOSA FILHO, Fábio Ramos (org.). **Linguagem "neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2022. p. 95-118.
- CÍCERO, Marcos Túlio. **A natureza dos deuses**. Uberlândia: Edufu. 2016. 496 p. (5). Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. ISBN 9788570784087
- ERNOUT, Alfred. **Morphologie historique du latin**, avec un avant-propos par A. Meillet. 3. éd., rev. et corr. Paris: Klincksieck, 1974.
- FIORIN, J. L. A questão da marcação linguística da não binariedade. **Estudos Semióticos**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 1-14, 2022. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.203775. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/203775>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem "Neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.
- LEÃO, Carol *et al.* **Comunicação para todes, todas e todos**. Brasília: Universidade de Brasília - Faculdade de Comunicação, 2022.
- LYONS, John. **Introdução à Lingüística Teórica**. São Paulo: Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **MASCULINO GENÉRICO E SEXISMO GRAMATICAL**. 2015. 159 f. Dissertação (mestrado) - Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158447/336814.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>.
- MARTINS, Maria Cristina da Silva. A língua latina: sua origem, variedades e desdobramentos. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, RJ, Vol. 12, n. 36 (set./dez. 2006), p. 18-32.
- MARTINS, Maria Cristina. **Elementos de filologia latina**. Curitiba: Bagai, 2023.
- MATTOSO CAMARA JR., J. **Estrutura da Língua Portuguesa**, Petrópolis: Vozes, 1970.

MATTOSO CAMARA Jr., J. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MOURA, Heronides; MÄDER, Guilherme R. C. Reversão de Gênero Gramatical no Português Brasileiro. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem "Neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2022. p. 37-52.

POSSENTI, Sírio. O gênero e o gênero. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem "Neutra"**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2022. p. 17-36.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. **The Institutio Oratoria of Quintilian**: with an English Translation. Cambridge: Harvard University Press, 1959. Tradução de H.E. Butler.

RIO GRANDE DO SUL. Leslie Campaner de Toledo. Secretaria de Políticas Para As Mulheres (org.). **MANUAL PARA O USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM**: o que bem se diz bem se entende. Porto Alegre: 2014.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.